



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
 DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
 MESTRADO E DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

Sem/Ano: 2/2017

PROGRAMA DA DISCIPLINA

Disciplina	Código	Créditos	Carga horária	Horário	Local	Responsável
<i>Previdência Social e Seguridade Social</i>	336106	04-00-04	60 horas	<i>Quarta</i> 18h:00 às 21:00	Sala de Reuniões SER B1 432*	<i>Profa. Dra. Maria Lucia Lopes da Silva</i> <i>lucialopes@unb.br</i>

1. Ementa

Previdência social no capitalismo. Concepções de seguridade e previdência social. Previdência social no Brasil e as diversas perspectivas analíticas. Estado, sociedade e seguridade social no Brasil. Trabalho e previdência social. O fundo público e o financiamento da seguridade social. Benefícios e modelos de gestão da previdência social. Relação previdência, assistência e saúde. Crise do capital, Financeirização, contrarreforma e tendências da previdência social e da seguridade social.

2. Objetivos

2.1. Geral

Debater e compreender a política de previdência social e a seguridade social na sociabilidade capitalista como fenômenos contraditórios, apreendendo suas determinações, conformações históricas e significados nos países do capitalismo central e periféricos, com ênfase no Brasil, ressaltando diferentes perspectivas analíticas sobre a origem e desenvolvimento da previdência social no país; as complexas e contraditórias relações entre as classes sociais e o Estado na instituição, (não)implementação e financiamento da seguridade social; os benefícios, a gestão e abordagens teórico-conceituais sobre previdência social, sua relação com o trabalho, saúde e assistência social; a contrarreforma da previdência social no contexto da crise estrutural do capital e da “financeirização” e as tendências contemporâneas da previdência e da seguridade social no país.

2.1. Específicos

- a. Apreender os determinantes econômicos, políticos e históricos da política social no capitalismo, tendo como ponto de partida antecedentes históricos em que as lutas de classes em contextos específicos possibilitaram conquistas de direitos importantes para a classe trabalhadora, destacando os seguros sociais;
- b. Compreender a relação entre acumulação do capital, organização do trabalho e política social a partir do segundo pós-guerra;
- c. Discutir a origem e o desenvolvimento da seguridade social nos países do capitalismo central, diferenciando abordagens teórico-conceituais e suas influências no Brasil;

- d. Conhecer e problematizar diferentes perspectivas analíticas sobre a origem e o desenvolvimento da previdência social no Brasil, entre 1923 e a sua inclusão no sistema de seguridade social, compreendendo suas conformações como multideterminadas e associadas a aspectos da formação social, econômica e política do país;
- e. Refletir sobre o sistema de seguridade social instituído pela Constituição Federal de 1988, destacando o contexto histórico, o processo constituinte, identificando a relação entre assistência, saúde e previdência, a forma de organização e gestão a natureza e alcance dos direitos estabelecidos, o orçamento e as bases de financiamento;
- f. Fornecer subsídios teórico-metodológicos para uma compreensão conceitual da política de previdência social no Brasil como uma política de seguridade social;
- g. Debater sobre o fundo público e o financiamento da seguridade social no Brasil, problematizando mudanças ocorridas ao longo dos anos na composição das receitas, as renúncias tributárias, os desvios de recursos e a relação do orçamento da seguridade social com as opções de política econômica e social adotadas a partir dos anos 1990;
- h. Compreender o movimento de contrarreforma (restrição de direitos) da previdência social no Brasil, desencadeado a partir da década de 1990 no contexto da crise estrutural do capital, os seus determinantes, os principais argumentos e orientações;
- i. Debater a relação entre previdência social e o trabalho assalariado, destacando a cobertura do sistema no contexto da (des) estruturação do trabalho no Brasil, sobretudo no século XXI.
- j. Problematizar os limites e possibilidades de avanços na direção da universalização da cobertura da previdência social no Brasil contemporâneo;
- k. Refletir sobre as tendências da seguridade social no Brasil, com ênfase na previdência social.

3. Procedimentos Didáticos:

Considerando a natureza de curso de mestrado e doutorado o que se pretende são aulas como espaços de reflexões críticas, com a participação ativa dos discentes, a partir da leitura prévia da bibliográfica indicada, com a apresentação de comentários críticos fundamentados e questões para o debate. As aulas serão iniciadas pela professora, que contextualizará a bibliografia selecionada e apresentará questões sobre o conteúdo a ser desenvolvido, ressaltando polêmicas e aspectos relevantes para o seu aprofundamento. A partir de então, provocará a participação dos discentes no desenvolvimento da aula. O posicionamento crítico e fundamentado dos discentes será essencial para a dinamização da disciplina e compreensão crítica de seu conteúdo.

As unidades III e IV serão desenvolvidas a partir da apresentação pelos discentes de resenhas críticas sintéticas dos textos selecionados. Todos os discentes devem elaborar uma resenha em cada uma destas unidades e apresentá-la, conforme acordado em sala de aula.

A Última aula será iniciada pela projeção do filme “Eu, Daniel Blake”, de Ken Loach, seguida pela análise do mesmo e do debate em torno de alternativas ao desmonte do Estado Social, com ênfase na realidade brasileira, tendo como referência a seguridade social e, especialmente, a previdência social. Assim, a estratégia metodológica do curso, consistirá nos procedimentos:

- Leitura e discussão coletiva da bibliografia recomendada;
- Contextualização da bibliografia e apresentação de pontos centrais para o debate pela professora;

- Comentários críticos e opiniões fundamentadas dos discentes sobre a bibliografia
- Aulas expositivas dialogadas;
- Comentários críticos e reflexivos sobre a atualidade da seguridade e previdência social no Brasil, a partir de notícias veiculadas na mídia, no decorrer do curso;
- Filme “Eu Daniel Blake” para subsidiar debates sobre alternativas aos desmonte do Estado Social
- Apresentação de resenhas críticas sintéticas pelos discentes;
- Orientação para elaboração dos trabalhos solicitados.

3.1. O que se espera dos discentes

- Comparecimento a, no mínimo, 75% das aulas, como regulamenta a UnB;
- Permanência do celular no silencioso ou desligado durante as aulas;
- Leitura da bibliografia escolhida, observando o desenvolvimento do programa do curso;
- Elaboração e entrega dos trabalhos nos formatos solicitados e nos prazos estabelecidos;
- Participação crítica e fundamentada nas aulas;
- Cumprimento dos requisitos de avaliação.

4. Avaliação

A menção final será atribuída pelos seguintes meios e pontuações:

- **Resenhas críticas sintéticas sobre textos das unidade III e IV** apresentadas em sala de aula e entregues à professora, imediatamente após a apresentação. A resenha deve ter no mínimo três e no máximo quatro laudas, em fonte arial 11, com espaçamento 1,5 e margens 2,5 por 2,5. A organização das apresentações será feita em sala de aula, o tempo individual será 5 minutos. **(30 pontos, 15 por resenha)**
- **Trabalho final escrito** sobre tema de livre escolha do discente relacionado ao conteúdo da disciplina desenvolvido em sala de aula, sendo obrigatória a utilização da bibliografia selecionada. O trabalho deve ter entre 10 e 12 páginas, incluindo as referências bibliográficas da disciplina, digitado em fonte arial 11, com espaçamento 1,5 e margem 2,5 por 2,5 **(50 pts)**;
- **Contribuições** críticas e fundamentadas nos debates em sala de aula **(15 pontos)**
- **Participação** a ser avaliada com base nos seguintes critérios: frequência, pontualidade, leitura da bibliografia, contribuição para o desenvolvimento da disciplina para além das contribuições críticas e fundamentadas **(5pts)**.

CÁLCULO DA MENÇÃO FINAL:

$$\frac{[\text{Resenhas (30pts)} + \text{trabalho final 50) Contribuições CF (15 pts)} + \text{participação (5 pts)}]}{10}$$

10

Menções

De acordo com o artigo Art. 122 do Regimento Geral da UnB as menções atribuídas ao rendimento acadêmico do aluno em disciplina e sua equivalência numérica são as seguintes:

MENÇÕES	EQUIVALÊNCIAS NUMÉRICAS
SS	9,0 a 10,0
MS	7,0 a 8,9
MM	5,0 a 6,9
MI	3,0 a 4,9
II	0,1 a 2,9
SR	zero

Observações: De acordo com o art. 123 do Regimento Geral da UnB é **aprovado** na disciplina o aluno que obtiver menção igual ou superior a MM. E, conforme o §1º, desse artigo é **reprovado** na disciplina o discente que comparecer a menos de 75% das atividades curriculares com a menção SR; Obtiver menção igual ou inferior a MI.

5. Conteúdo programático, bibliografia selecionada e aulas por unidade.			
Ordem	Data	Conteúdo	Bibliografia recomendada
01	16/08	Apresentação do Programa da disciplina e definição de responsáveis pelos textos da III Unidade a serem resenhados.	Programa da disciplina Obs. A maioria dos textos está digitalizada e será disponibilizada em drive do Gmail. Os demais serão encontrados, conforme sinalizados abaixo: *Livro na BCE/UnB ** Texto em papel na pasta 317 da Xerox. DCE
Unidade Introdutória: Debate preliminar sobre a localização da previdência social no sistema previdenciário e sobre conceitos recorrentes nos textos sobre o conteúdo da disciplina.			
02	23/08	A previdência social no sistema previdenciário brasileiro. Reforma e contrarreforma Política social e método - comentários introdutórios	- BEHRING. E. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. P. 19-28. COUTINHO, C. N. “A hegemonia da pequena política.”In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEC, Cibele (orgs). Hegemonia às avessas: economia, política, na era da servidão financeira. São.Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43. BEHRING, E.”Política Social no contexto da crise do capital”. In: CEFESS, Conselho Federal de Serviço Social e ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em serviço social. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. P.301-321. NETTO, José Paulo. Introdução ao Método de Marx. Teoria Social. 1ª edição. São Paulo: expressão popular, 2012. Bibliografia complementar BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. Cap 1.P.25-46 .
Unidade I: Antecedentes históricos e origens da política social e da seguridade a partir dos seguros sociais vinculados ao trabalho assalariado.			

03	30/08	<p>Capitalismo, liberalismo e origem da política social</p> <p>As conquistas da legislação fabril inglesa entre 1833 e 1864 e suas repercussões em outros países.</p> <p>As lutas de 1848/9 e importância para as primeiras regulações capital/trabalho.</p> <p>As lutas de 1848/9 e importância para as primeiras regulações da relação capital/trabalho.</p> <p>A Comuna de Paris e os direitos proclamados e experimentados</p> <p>O surgimento dos primeiros seguros sociais condicionados ao trabalho assalariado.</p>	<p>BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. P. 47-62.</p> <p>MARX, K. “A jornada de Trabalho”. In: O Capital: crítica da economia política. Livro 1. O Trad. Rubens Enderle. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2015. P.349-374.</p> <p>MARX, K. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2012. (Col. Marx-Engels) Prefácio de Engels. p.9-31(leitura mínima).</p> <p>MARX, K e ENGELS, F. As lutas de Classes na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 2012. (Col. Marx-Engels). p. 53 – 75.</p> <p>MARX, K. A guerra civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels) p.9-33;116-131;187-197.</p> <p>FALEIROS, V.de Paula. A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais. 8ªEd.revista. São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-108.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>ENGEL, Friedrich. A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, março de 2013.</p> <p>LENIN. W.I.A comuna de Paris. Brasília: Kiron, 2012.</p>
04	06/09	<p>A Revolução Russa de 1917 e repercussões no desenvolvimento das políticas sociais</p> <p>A Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição da República Alemã de 1919 pioneiras na positivação de direitos fundamentais sociais</p> <p>A crise de 1929-1932 e o <i>new deal</i>.</p> <p>Generalização das políticas sociais.</p>	<p>Declaração Soviética dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado de 31.01.1918.</p> <p>Lei Fundamental Soviética de 10.07.1918. Parte 1 e 2</p> <p>PINHEIRO, M.C.B. A Constituição de Weimar e os direitos fundamentais sociais: A preponderância da Constituição República Alemã de 1919 na inauguração do constitucionalismo social à luz da Constituição Mexicana de 1917. <i>Brasília a. 43 n. 169 jan./mar. 2006. P.101-126.</i> Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92449/Pinheiro%20Maria.pdf?sequence=2</p> <p>*BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez 2006. (Biblioteca básica de S.Social) p. 63 a 71 e .p. 82-91.</p>
05	13/09*	VI Seminário Internacional PPGPS.	
06	20/09	<p>Origem da seguridade social; modelos conceituais europeus e suas influências na América Latina e no Brasil. Princípios da seguridade na América Latina</p>	<p>SALVADOR, E. <i>Fundo Público e Seguridade Social no Brasil.</i> São Paulo: Cortez, 2010. p.71-79.</p> <p>MORENO, L. Cidadanos precários: La “ última red” de poteccion social. Barcelona: Ariel, 2000. p. 74-105.</p>

			<p>**MALLOY, J. M. Política de Previdência Social no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1986. P.151-168.</p> <p>MESA-LAGO, Carmelo. As reformas da previdência na América Latina e os seus impactos nos princípios de seguridade social. Trad.Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2007. Cap. 1. p. 17-38.</p> <p>Bibliografia complementar</p> <p>O Plano Beveridge: relatório sobre o seguro social e serviços afins apresentado no Parlamento Britânico em novembro de 1942, por ordem do Sr. William Beveridge. Trad. Almir de Oliveira. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943.</p> <p>MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. Cap. 8 (p. 184-220).</p>
Unidade II - Acumulação do capital, organização do trabalho e Previdência Social			
07	27/09	A política social de previdência no capitalismo, determinantes, características e funções.	<p>**GOUGH, Ian. Economia política del Estado del bienestar Traducción: Gerório Rodriguez Cabrero. Madrid: H.Blume Ediciones, 1978.cap. Introdução à ed. espanhola e cap. de 1 a 4. (p.11-37; 47-155).</p> <p>SILVA, Maria Lucia Lopes da. Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização. S.Paulo: Cortez, 2012.p. 420-423 (Tese: p. 302 a 304).</p>
08	04/10	Acumulação do capital, organização do trabalho e política social no contexto do fordismo/keynesiansmo e da chamada “acumulação flexível”.	<p>SILVA, Maria Lucia Lopes da. Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização. S.Paulo: Cortez, 2012. Cap.1. (p.61-124)ou tese (p. 46-88).</p> <p>HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 13ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2004. Parte II p. 114-184.</p>
Unidade III Organização e características da previdência social no Brasil entre as décadas de 1920 e 1980: diferentes perspectivas de análises.			
09	11/10	As visões de previdência social “paternalista”, “elistista”, “corporativa” e de “cidadania regulada”, “populista” e “tecnocrática” de 1920 a 1980;	<p>**MALLOY, James M. Política de Previdência Social no Brasil. R. Janeiro: Graal, 1986. Cap. 1 a 5.p. 11-150</p> <p>SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça. 2ª Ed.revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1987. Cap 4 e 5.(p. 64-89);</p>

		<p>A visão de previdência social como conquista dos trabalhadores. Do regime de capitalização ao de repartição simples de 1930 a 1960.</p> <p>A visão de multideterminação tendo o padrão de acumulação hegemônico, a condição estrutural do trabalho, a organização e capacidade de pressão dos trabalhadores como centrais.</p> <p>Entre 1966-1983: o modelo privatista de assistência à saúde, o acirramento da crise da previdência e a criação do Sinpas antes da instituição da seguridade social em 1988</p>	<p>**COHN, A. Previdência social e processo político no Brasil. S. Paulo:Moderna, 1980. P. 1-158;</p> <p>OLIVEIRA, J. TEIXEIRA, S. (Im)Previdência Social. Petrópolis: Vozes, 1986. P. 11-198.</p> <p>SILVA, M.L.L. Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012. Cap.3 (p.209-265) ou tese (p. 149- 189).</p> <p>FALEIROS, Vicente de Paula. A Política social do Estado Capitalista. 8ª ed. Revista. São Paulo: Cortez, 2000a. Cap.8 (p.173-186)</p> <p>OLIVEIRA, J. e TEIXEIRA, S. (Im)Previdência Social. Petrópolis: Vozes, 1986. p.199-261.</p> <p>Bibliografia Complementar: VALE.T.C.S.C. “Cidadania Regulada: uma exploração crítica do conceito.”. In: Anais do 6º Encontro da ABCP 29/07 a 01/08/2008. Campinas, S. Paulo:Unicamp, 2008.Disponível em: http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/artigo-psmundim.pdf . Acesso em 04.08.2017</p>
Unidade IV - Estado e sociedade: tensões e lutas na formulação e (não) implementação da seguridade social no Brasil - ênfase na previdência social.			
10	18/10	<p>Antecedentes. O contexto político e econômico da instituição da seguridade social no Brasil em 1988: o processo constituinte, intervenção do Estado e sujeitos envolvidos.</p>	<p>*MOTA, A. E. Cultura da crise e seguridade social: social.um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995. P.117 a 157.</p> <p>**VIANNA, M.L.W. A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Estratégias de bem estar e políticas públicas. R.Janeiro: Revan: UCAM/IUPERJ,1998.Cap.4.(p. 138-177.</p> <p>*BOSCHETTI, I. Seguridade Social e Trabalho, paradoxo na construção das políticas de previdência e Assistência social no Brasil. Brasília: L. Livres, 2006. Cap. 5.(p.142- 178).</p>

		Características, objetivos, a relação entre previdência, assistência e saúde e o significado da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988.	<p>SILVA, M.L.L. Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012. cap.2 início e item 2.1. p.125-149 ou tese(P. 89 -106); cap 3. Item 3.2 p. 265-280 ou tese (p. 189 a 200).</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>BOSCHETTI, I. A política da seguridade social no Brasil: In: In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. P.323-338.</p> <p>VIANNA, M.L.W. “O Silencioso Desmonte da Seguridade Social no Brasil.” In: BRAVO, M.I.S e PEREIRA, P.A (orgs). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez; Rio: UERJ, 2007. p.173-195.</p> <p>FLEURY, S.A seguridade inconclusa. In: FLEURY, S. A era FHC e o governo Lula: transição? Brasília, Inesc.2004. p. 110-121.</p>
11	25/10	O fundo público e o modelo de financiamento e gasto da seguridade social. Mudanças Recentes. Renúncias tributárias. O orçamento da seguridade social (OSS): balanços recentes entre receitas e despesas e a importância de cada fonte no financiamento dos gastos. Metodologias de análise do OSS.	<p>ANFIP. Análise da Seguridade social 2015. Brasília: ANFIP, out.2016. p. 21-43 e 133- 148. Disponível em :https://anfip.org.br/doc/publicacoes/20161013104353_Analise-da-Seguridade-Social-2015_13-10-2016_Analise-Seguridade-2015.pdf</p> <p>SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010. (cap. 4). p. 230-263 (ou Tese, p.201-230).</p> <p>SALVADOR, E.”Financiamento tributário da política social no pós-real.” In: SALVADOR, E.; BEHRING, E. e et. al. In: Financeirização, Fundo Público e Política Social. São Paulo: Cortez, 2012. p.123-152</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>SILVA, M.L.L. <i>Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização.</i> SPaulo: Cortez, 2012. (cap.2/2.3, 2.4). p.179-208 ou tese(p. 126-148).</p>
12	01/11	Concepção e (não) reconhecimento da previdência social como política de seguridade; Modelos de gestão, benefícios e beneficiários da previdência social	<p>SILVA, M.L.L.. Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012. P. 149-179 ou tese 106-125.</p> <p>BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: MARE, 1995. P.40-67.</p>

			<p>SILVA, M.L.L. da. “Trabalho e previdência social no Brasil no contexto da crise estrutural do capital”. In: Revista O social em questão: trabalho e políticas públicas. V. 1. Número 34, 2º sem. 201 p.151-152. Disp. em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_6_Silva.pdf . Acesso: 06.08.2017</p> <p>Bibliografia complementar e legislação de apoio:</p> <p>KRISCHKE, Paulo J. O contrato social ontem e hoje. São Paulo: Cortez, 1993.</p> <p>BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social al. Projeto INSS Digital: uma nova forma de atender. Brasília: INSS, 2017.</p> <p>BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Seguridade Social, nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e atualizações.</p> <p>BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Previdência Social, nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e atualizações.</p>
13	08/11	<p>Crise do capital, dívida pública, financeirização e contrarreforma da previdência social no Brasil desde a década de 1990: argumentos, mudanças e orientações.</p>	<p>**MÉSZÁROS, István. A Crise estrutural do capital. São Paulo, Boitempo, 2009. Cap. 1, 2, 4, 6 e 7. p.17-90; 115-133.</p> <p>**CHESNAIS.F. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. Trad. Rosa Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005. P.35-67;109-132.</p> <p>GRANEMANN., Sara. PEC 287/16: falácias para a desconstrução dos direitos do trabalho. In: SER Social/PPGPS/UnB.. n. 39.v.18. jul/dez 2016. Brasília: 2016. P. 672-688. Disponível em:http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/24470/17759. Acesso: 06.08.2017 (pode alterar).</p> <p>SILVA, M.L.L da. Contrarreforma da previdência social sob comando do capital financeiro. (inédito/pode alterar).</p> <p>MOURA, Rivania. “Crédito consignado: face da expropriação financeira no curso da contrarreforma da previdência social” In: SER Social. Brasília, v.18, n.3 p. 374-390. jul.dez./2016. Disp. em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/24470/17759 (pode alterar) .</p>

		<p>Bibliografia complementar:</p> <p>CHESNAIS. François. “Mundialização: o capital financeiro sob o comando.” Trad. Ruy Braga. In: Revista outubro. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas.Ed. 05 art. 2. Fev.2001. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf>. Acesso em: 05. 12. 2016.</p> <p>REIS. Luis Fernando. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades públicas nos governos Lula e Dilma (2003-2014). Tese de Doutorado. Programa de Políticas Públicas e formação Humana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UERJ, jan.2015. Cap. 1: p.24 a 68. Disponível em: http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Luiz-Fernando-Reis-Versao-Final-27DEZ.pdf.</p> <p>MOTA. A. E. S. F. Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 5ª Ed. S. Paulo: Cortez, 2008. (cap.III e IV). p. 117-218.</p> <p>GRANEMANN, S. Para uma interpretação marxista da previdência privada. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. ESS/UFRJ. Rio: UFRJ, 2006. (p. 207 a 226).</p> <p>SER social. Previdência social e trabalho. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social /Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. Brasília: SERSocial. V. 18, n. 39, p. 315-760. 2. sem./2016. ISSN 2178-8987 . Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/1392/showToc. . Acesso: 05.08.2017.</p> <p>ANFIP/DIEESE. Para reformar ou excluir? Contribuição técnica para o debate sobre a reforma da previdência social.documento completo. Brasília: 2017. Disponível em: https://www.dieese.org.br/evento/2017/reformarParaExcluirCompleto.pdf . Acesso: 04.08.2017.</p> <p>COSTANZI.R.N.eANSILIERO.G. Impacto fiscal na Demografia na Previdência social. Texto para discussão 2291. Rio de Janeiro:IPEA, abril de 2017. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2291.pdf .Acesso:02.05.2017</p> <p>GENTIL.Denise Lobato e PUTY, Carlos Alberto Castelo Branco (org.). A previdência social em 2060: as inconsistências do modelo de projeção atuarial do governo brasileiro.Brasília: ANFIP/ Fundação</p>
--	--	--

			<p>ANFIP/ DIEESE/Plataforma de Política Social, 2017. Disponível em: www.anfip.org.br www.dieese.org.br/www.plataformapoliticasocial.com. Acesso: 06.08.2017.</p> <p>BANCO MUNDIAL. Envejecimiento sin crisis: política para la protección de los ancianos y la promoción del crecimiento. Washington, D.C: Banco Mundial, 1994.</p> <p>WORD BANCK. Growing old in an older Brazil: implications of population aging on growth, poverty, public finance and service delivery. Michele Gragnolati ...[et al]. Wasnghton, D.C: The World Bank, 2011.</p>
14	15/11	Feriado	
Unidade V - Relações entre Previdência social e trabalho em anos recentes no Brasil e as tendências da previdência social e da seguridade social			
15	22/11	Trabalho e previdência social no século XXI: indicadores, cobertura, perfil dos contribuintes e dos não contribuintes.	SILVA, M.L.L. Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 4. p.265-349 ou tese p. 211 a 259.
16	29/11	Trabalho e seguridade social: as expropriações de direitos pelo aprofundamento da mercantilização da previdência social e da saúde e expansão da assistência social.	<p>**MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na seguridade social nos anos 2000. In: MOTA, A. Elizabete. O mito da assistência social. 2ª Ed Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2009, apresentação e texto 4 da parte 2. p.133-147.</p> <p>MOTA, A. E. e TAVARES. Precarização do trabalho e expropriações contemporâneas. Mesa coordenada: ENPESS, 2016. 12p.</p> <p>SILVA, M. L. L. da. Expropriação de direitos trabalhistas e previdenciários em favor da lucratividade do capital. (Inédito, pode mudar) 19p..</p> <p>**BOSCHETTI, I. Assistência Social e trabalho no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2016. P.122-138.</p> <p>MENDES,Jussara,Maria Rosa, et al. Gestão na saúde: da reforma sanitária às ameaças de desmonte do SUS.In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 331 - 344, ago./dez. 2011.13p (pode mudar)</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>PEREIRA, P.A.P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. In: Revista Social & Sociedade n.112. S.Paulo: Cortez, 2012. p.729-753</p>

			<p>BEHING, E.R. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. BEHING, E.R. e ALMEIDA, M. H. T. <i>Trabalho e seguridade social</i> percursos e dilemas. S.Paulo: Cortez, 2008. P.152-174</p> <p>BRAVO. M. I e MATOS. M.C. A saúde no Brasil: Reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: BRAVO,M.I. e PEREIRA, P.A.P.Políyica Social e Democracia. São Paulo:Cortez, 2001.p.43-66.</p>
17	06/12	<p>É possível mudar este quadro?</p> <p>Eu Daniel Blake. Ken Loach</p>	<p>Bibliografia de Apoio ao Debate:</p> <p>SILVA, M.L.L. Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do Trabalho e Condições para sua universalização. São Paulo: Cortez, 2012. Cap. 5 e considerações finais. p.443 a 465 ou tese..</p> <p>BOSCHETTI, Ivanete. “Seguridade social pública ainda é possível”. In: Revista Inscrita. Brasília: CFESS, n. X. p. 31-36, nov. 2007</p>

6. Outras informações: Os textos para copiar estão disponíveis na DCE Copiadora pasta 317 (ICCcentro).É possível a comunicação pelo email lucialopes198@gmail.com